

TIPOLOGIA DOCUMENTAL PARA ARQUIVOS DE PARTIDOS E ASSOCIAÇÕES POLÍTICAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO *

André Porto Ancona Lopez **

A organização de arquivos de natureza político-partidária enfrenta muitos desafios. Se por um lado a discussão dos procedimentos metodológicos de organização documental de arquivos está relativamente avançada, por outro, as peculiaridades dos diversos tipos de acervos privados permanecem praticamente ignoradas. A produção documental de partidos e associações políticas brasileiras recentes não contava ainda com qualquer diretriz de tratamento organizacional que atentasse para suas características específicas. A arquivística brasileira tem dado pouco relevo à formulação de procedimentos de arranjo e descrição de arquivos de natureza privada, atendo-se quase que exclusivamente às orientações do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC-FGV), formuladas especialmente para arquivos pessoais de elites políticas, que, apesar ser difícil sua aplicação a outras modalidades de arquivos privados, ela vem sendo insistentemente utilizada por diversas instituições.¹

A sistematização de uma tipologia documental própria para essas instituições teve o intuito de solucionar vários problemas advindos da padronização de procedimentos técnicos na organização de arquivos privados em geral, que pasteuriza as particularidades de cada modalidade de acervo e, conseqüentemente, compromete a contextualização dos documentos.

* Apresentado no 12º Congresso Brasileiro de Arquivologia, em João Pessoa (PB), em julho de 1998. Esse trabalho encontrasse melhor desenvolvido em nosso livro *Tipologia documental de partidos e associações políticas brasileiras*. São Paulo: História Social USP/ Loyola, 1999. (Teses).

** Doutor em História Social pela FFLCH-USP - Professor do CID/UnB.

¹ A respeito dos procedimentos do CPDOC, ver: CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. *Procedimentos técnicos em arquivos privados*.

Os arquivos privados compõem, na verdade, um universo documental muito heterogêneo. As organizações político-partidárias apresentam características próprias que tendem a se perder nos esquemas universalizantes sugeridos pela bibliografia disponível sobre o assunto. O tradicional arranjo através do método estrutural, no caso desses arquivos, não possibilita o resgate das verdadeiras funções e atividades desenvolvidas. Essas tendem a se diluir, também, quando se prioriza o aspecto formal dos documentos. Nas organizações em questão, os documentos foram produzidos, em princípio, sem qualquer regulamentação, ou normatização, oficial ou preocupação jurídico-legal.

É preciso considerar e discutir os elementos informais presentes na produção documental das organizações político-partidárias. Destacamos, a título de exercício e exemplo teórico, um universo onde essas características ganham proporções extremas: os agrupamentos clandestinos. Tais agrupamentos apresentam, entre as funções formais (ou normatizadas) e aquelas que são efetivamente desenvolvidas, uma defasagem muito superior às organizações legalizadas, inseridas no sistema partidário formal. Não obstante, deve-se ressaltar que mesmo os agrupamentos legais muitas vezes exercem atividades para além de sua fachada normativa/formal. Nesse sentido, a análise das associações clandestinas justifica-se, não só para a compreensão das atividades informais dos agrupamentos ilegais, como também para o entendimento das atividades informais (ou extra-legais) dos partidos legalmente constituídos.

As organizações político-partidárias clandestinas representam, pela própria condição de ilegalidade, indivíduos que têm a sua já restrita cidadania política cassada. Esses cidadãos, apesar da interdição formal, continuam atuantes no quadro político, exercendo um papel de relevo na sociedade. Sua influência se faz sentir tanto direta, como indiretamente. No primeiro caso, temos as conseqüências imediatas do papel que desempenham enquanto atores políticos (ainda que não autorizados legalmente); no segundo, sua ação pode ser notada nas respostas que provocam na opinião pública - particularmente nos **mass media** - e nas alterações políticas do regime, como decretos, leis e outras medidas, cujo objetivo principal é cercear e impedir, se possível, a ação desses atores. É preciso ressaltar que os partidos clandestinos continuam desempenhando um papel ativo no sistema partidário, quer englobados por outras

legendas, quer agindo no movimento social; o fato de um partido não querer (ou não poder) apresentar candidatos em eleições não o inviabiliza enquanto partido.

O arranjo arquivístico deve sempre procurar retratar as atividades reais das instituições e, na medida do possível, ser um espelho fiel destas para que haja uma contextualização da produção documental, conforme os moldes definidos pela teoria arquivística. A dificuldade encontra-se no fato de as funções realmente desenvolvidas por uma instituição - em especial nos partidos clandestinos, mas também nos partidos oficiais - serem diversas daquelas registradas ou explicitadas oficialmente. Sob esta perspectiva, a definição de partido político utilizada por Umberto Cerroni, apesar de ampla, parece-nos mais adequada:

“conjunto que pode ser definido como uma máquina organizativa e um programa político estruturado e articulado.”²

Deste modo, a tarefa do arquivista é procurar a aproximação máxima dessa “máquina” e desse “programa”, tomando a devida precaução de utilizar as funções explicitadas formalmente apenas como referencial, e nunca como reflexo absoluto da realidade. Mesmo porque, em circunstâncias assim, as informações sobre as atividades desenvolvidas são escassas; há um ocultamento deliberado das atividades ilegais efetivado pela mínima produção de documentos comprometedores e pela posterior eliminação destes.

A necessidade de analisar os partidos políticos fora de seus aspectos formais torna-se evidente se buscarmos na legislação referenciais para o estabelecimento de funções ou estruturas típicas. Por exemplo, o artigo 17º da Constituição Federal de 1988, no parágrafo 1º, assegura aos partidos políticos *“autonomia para definição da sua estrutura interna, organização e funcionamento”*; no entanto, o inciso IV coloca o seguinte preceito para os partidos políticos: *“funcionamento parlamentar de acordo com a lei”*.³ A Lei Orgânica dos Partidos Políticos (LOPP, Lei 5682/71), ainda em vigor, com algumas atualizações e pequenas de reformulações, contrapõe-se ao artigo 17º da Constituição Federal, pois define

² CERRONI, U. *Teoria do partido político*. p.13.

³ BRASIL. Senado Federal. *Legislação eleitoral e partidária*. p.12.

detalhadamente a estrutura organizativa de um partido político que pretenda existir legalmente.⁴ Na análise dos estatutos de alguns partidos brasileiros, verificou-se que, de modo geral, a estrutura preceituada pela LOPP é seguida fielmente; ora, a ação de tais partidos, notadamente dos mais radicais, não corresponde a esse esquema rígido.

Determinadas características da produção documental de partidos e associações políticas clandestinas, como as referidas anteriormente, podem ser observadas em arquivos de partidos clandestinos brasileiros, como o Partido Comunista do Brasil/Brasileiro (PCB); em acervos diversificados, como os do *Centro de Documentação do Movimento Operário Mário Pedrosa* (CEMAP); e, até mesmo, na produção documental de um partido de orientação ideológica diametralmente oposta aos agrupamentos anteriormente citados: os documentos da Acção Integralista Brasileira (AIB) e na sua posterior instituição legal de atuação parlamentar, o Partido de Representação Popular (PRP). A semelhança da produção documental de partidos divergentes do ponto de vista ideológico, como o PCB e a AIB, por exemplo, corrobora a asserção de Umberto Cerroni de que mesmo os partidos que não assumem a bandeira do socialismo acabam por se definir, do ponto de vista organizacional e tático, em função dos partidos do socialismo.⁵

Ao analisarmos um conjunto significativo de documentos produzidos por partidos políticos clandestinos, notamos que a condição de ilegalidade/clandestinidade de tais agrupamentos políticos condiciona a produção documental às suas necessidades objetivas, não tendo qualquer preocupação jurídico-legal. Por falta de outras referências, os partidos clandestinos adotam uma terminologia documental muito semelhante àquela utilizada administrativamente (oficial). Por exemplo, proliferam documentos denominados atas, informes, pareceres, relatórios etc. que, no entanto, nem sempre são fiéis aos padrões administrativos e tampouco destinam-se às mesmas funções. O que ocorre, de fato, é uma falta de padronização rígida no tocante à produção documental. Verificam-se grandes variações conjunturais nas

⁴ A resolução 15271 do TSE de 23 de maio de 1989 traz um interessante debate sobre a contradição existente em alguns pontos do artigo 17º da Constituição Federal e a LOPP. Ver: *Cadernos de direito constitucional e eleitoral*, n.9, p.43-49; 193-201, mar. 1990.

⁵ CERRONI, U. Op. cit. p.11.

funções e no alcance dos documentos, tanto interna, como externamente. Tal multiplicidade existe não só entre os diferentes partidos, como também entre as diversas gestões de cada entidade.

Os conjuntos documentais provenientes de organizações partidárias, sobretudo as clandestinas, que se encontram depositados em arquivos, centros de documentação e outras entidades similares, em geral são constituídos por documentos cujas funções principais foram a mobilização e a conscientização social. É interessante notar que os documentos ligados a atividades cotidianas de infra-estrutura material, indispensável suporte para a ação política propriamente dita, como aluguel de sede ou compra de café, por exemplo, raramente sobrevivem neste tipo de acervo. Resta saber se o desaparecimento destes ocorreu durante o tortuoso caminho percorrido pelos documentos de tais entidades até sua chegada em um centro de documentação, ou se foram descartados no momento da seleção documental feita pelas instituições de preservação antes da organização dos documentos. Encontramos em tais acervos, na maioria dos casos, instrumentos de amplo alcance e circulação, como periódicos, panfletos, volantes etc. No Brasil, esses documentos “triviais” tendem a ser menosprezados pelos documentalistas, responsáveis pela sua preservação e difusão científica. Normalmente são generalizados no arranjo, sem a devida discriminação funcional, em uma cômoda série, cuja denominação - “**diversos**” - não é indicativa de qualquer coisa. O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), no seu manual de procedimentos técnicos, define a série **diversos** como:

“integrada pelos documentos que não se adequam às demais séries. (...) Assim, em um arquivo organizado a partir do critério espécie de documentos, integrarão esta série cartões de visita, cardápios de restaurantes, folhetos de propaganda, notas avulsas, panfletos, recibos diversos etc.”⁶

Ora, se documento de arquivo é aquele que está contextualizado na própria função geradora, uma série **diversos** dilui e dispersa o registro sistematizado dessas atividades. Contextualizar os documentos arquivísticos significa que cada documento deverá ser agrupado somente com

⁶ Ver a respeito: CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Op. cit. p.11-12 e MOREIRA, R. *Arranjo e descrição em arquivos privados pessoais...*, p.32.

aqueles que constituem uma série documental tipológica. Por série documental tipológica entendemos o agrupamento de espécies documentais específicas dentro das respectivas funções geradoras.⁷ Para tanto, faz-se necessário a adoção de arranjos arquivísticos que priorizem a função geradora do documento em detrimento da estrutura organizacional que o produziu.

O arranjo estrutural parte do princípio de que a estrutura administrativa é um reflexo das funções desenvolvidas pela entidade; portanto, devemos entender a estrutura administrativa como efêmera, em contraposição à durabilidade e permanência das funções de cada entidade. Ainda é necessário atentar para o fato de que sempre existirão atividades informais, não contempladas na estrutura administrativa, sendo exercidas continuamente. O arranjo estrutural também mostra-se problemático para arquivos de entidades informais ou de estrutura administrativa mal conhecida, como arquivos pessoais, empresas que não utilizam organograma, administrações altamente informatizadas ou entidades que exercem atividades clandestinas, ou extra-legais, como determinados partidos políticos.⁸ Como meio de viabilizar o arranjo funcional surgiram os estudos de tipologia documental, que buscam uma definição de **tipo documental** capaz de assegurar, livre de ambigüidades e com um mínimo de subjetividade, a contextualização dos documentos de arquivo.

A tipologia documental é hoje um dos mais instigantes e importantes temas para uma renovação teórica da arquivística. Como indicativo dessa transformação tem-se a própria evolução do conceito de **tipo documental**, anteriormente encontrado na literatura com inúmeras variações conceituais entre diversos autores. As definições aproximavam-se daquilo que hoje denominamos **gênero, espécie, formato** etc, ou uma mescla desses conceitos.⁹ No entanto, os estudiosos que se preocuparam com esse tema sempre estiveram buscando uma conceituação

⁷ Cf. BELLOTTO, H. Tipologia documental em arquivos... Cf. ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística...*

⁸ Com relação a empresas sem organogramas administrativos ver SEMLER, R. *Virando a própria mesa*. p.260-261. Administrações altamente informatizadas podem gerar documentos multiprovenientes através de computadores ligados em rede, sendo impossível determinar com precisão, para efeito do arranjo, o setor administrativo produtor. José Maria Jardim cita que em 1974 o Arquivo Nacional da Austrália indicava multiproveniência em 27% das séries documentais. Ver JARDIM, J. As novas tecnologias da informação e o futuro dos arquivos. p.254-255.

⁹ Para uma definição desses conceitos ver: ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. Op. cit.

que definisse o documento em sua essência arquivística, isto é, enquanto parte integrante de um conjunto de outros documentos gerados naturalmente no exercício das mesmas atividades. A particularidade do documento arquivístico, que é ao mesmo tempo único e múltiplo (quando inserido na série documental), representou um desafio a ser superado na tentativa de conceituação do **tipo documental**.

O texto da Prof^a. Heloísa Bellotto, publicado em 1990, pode ser considerado um marco da literatura arquivística nacional sobre tipologia documental.¹⁰ Os conceitos ali desenvolvidos são a reformulação de um texto seu anterior, de 1982, e acabaram por ser incorporados ao *Dicionário de terminologia arquivística*.¹¹ A definição proposta de **tipo documental** passa a ser, então, a espécie documental somada à função que a produziu, criando séries tipológicas, isto é, cada tipo documental equivale a uma série documental. Essa nova conceituação, apesar de aparentemente modesta, é fundamental para uma renovação dos procedimentos arquivísticos adotados no Brasil e para a solução de muitos problemas, frente aos quais os métodos tradicionais já começavam a apresentar sinais de esgotamento. O avanço dessa problemática - e a importância dos estudos de tipologia documental -, pode ser notado nos arquivos municipais espanhóis que, desde meados da década de 1980, fazem um trabalho conjunto buscando padronizar um arranjo documental tipológico.¹²

A proposta de elaborar arranjos tipológicos requer o estabelecimento prévio de tipologias documentais específicas a cada modalidade de acervo, de acordo com sua própria natureza; assim, os partidos e associações políticas deverão ter um instrumento metodológico próprio, que será diferente daqueles destinados, por exemplo, à organização dos acervos das entidades sindicais ou dos arquivos pessoais.¹³ A confecção de tal instrumento é complexa. Supõe uma identificação preliminar das funções desempenhadas, principalmente no nível

¹⁰ BELLOTTO, H. Op. cit.

¹¹ Ver: Idem. Tipologia documental em arquivística; ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. Op. cit.

¹² Como exemplo do esforço conjunto de diferentes arquivos municipais espanhóis ver: GRUPO DE TRABAJO DE ARCHIVEROS MUNICIPALES DE MADRID. *Manual de tipologia documental de los municipios*. GRUPO DE ARCHIVEROS MUNICIPALES DE MADRID. *El expurgo en los archivos municipales...; Tipologia documental municipal 2; Una propuesta de reglamento-tipo para archivos municipales*.

¹³ Ver como exemplo de organização funcional de acervo pessoal: CAMARGO, A. Arquivos pessoais: uma proposta de descrição

formal/legal, para, a partir daí, identificar nos documentos as espécies presentes em cada função principal, bem como determinar outras funções além do nível formal/legal; com a conjunção desses elementos pode-se elaborar a tipologia documental e, por extensão, séries tipológicas. O caráter particular aqui proposto para cada modalidade de acervo evita que se caia no que Raymond Grew denominou “*fallacy of misplaced concreteness*”, risco inerente a uma comparação de universos semelhantes (arquivos privados) que, na realidade, pasteuriza as características de cada elemento, transpondo variáveis específicas de um dos termos para o outro.¹⁴ Os arquivos devem ser reveladores das atividades efetivamente desenvolvidas pelas instituições (ou pessoas) ao longo da sua existência, revalorizando, para isto, os elementos informais, ao lado dos normativos, como único meio de inserir corretamente os documentos no seu contexto de produção.

Nesse sentido, o objetivo que norteou a execução do trabalho foi a tentativa de propor uma normatização tipológica específica da produção documental de partidos e associações políticas do Brasil contemporâneo. É necessário relativizar o peso normalmente dado ao termo "normatização". Nunca pretendemos elaborar uma “camisa-de-força” para a organização de arquivos de partidos e associações políticas do Brasil contemporâneo. Ao contrário, trata-se de elencar sugestões operacionais baseadas em levantamentos de possibilidades e ocorrências observadas no decorrer da pesquisa. Deste modo, evidencia-se o caráter instrumental do trabalho, onde tanto as funções e espécies documentais arroladas, como a descrição do arranjo apresentada como um dos resultados da dissertação de mestrado, apenas indicam a potencialidade deste tipo de abordagem no tratamento de outros acervos de partidos e associações políticas. Novos tipos documentais poderão ser encontrados em outros acervos e deverão ser incorporados ao rol apresentado¹⁵. Novas funções poderão ser descobertas, inclusive a partir do desmembramento, ou da junção, das funções elencadas. Faz-se necessário ressaltar que nosso objetivo foi somente abrir um caminho e propor uma direção a seguir doravante, daí a maleabilidade e o caráter relativo do instrumento.

¹⁴ GREW, R. On the current state of comparative studies. p.329.

¹⁵ Ver anexos 1 e 2

A elaboração dessa tipologia documental (e sua posterior aplicação prática) foi precedida pela delimitação e definição dos objetos e conceitos implicados em sua elaboração e no alcance global de um trabalho desta natureza. Assim, antes de construir a tipologia, procuramos e delimitar a aplicação do termo "partido político". Para tanto, promovemos uma discussão sobre alguns autores tradicionais da teoria dos partidos políticos, defendendo a necessidade de englobar também (ou principalmente) os elementos informais. Nesse sentido discorremos sobre a especificidade de organizações político-partidárias clandestinas (e de sua produção documental), cuja existência é praticamente excluída dos estudos tradicionais.

Após essa prospecção bibliográfica selecionamos as funções mais frequentes encontradas em documentos de partidos e associações políticas, as quais foram relacionadas com suas respectivas espécies documentais. O mais problemático nesse procedimento foi a identificação das espécies documentais, pois elas não guardam qualquer padrão específico e muito menos apresentam similaridades diplomáticas com as espécies documentais utilizadas para preceituar as relações administrativas ou oficiais. Deste modo a tipologia também destaca o formato como uma solução para explicitar sua diferença em relação às espécies documentais, já que essas características, muitas vezes, tendem a se assemelhar, podendo causar alguma confusão na organização arquivística. Assim, por exemplo, panfleto refere-se a uma espécie e não a um formato. Este último pode variar desde um folheto, um cartaz a, até mesmo, um livro.

Tome-se como exemplo um manifesto contra a carestia, assinado por algum comitê municipal do PCB, que foi amplamente difundido em uma folha de papel ofício mimeografada. Qual a espécie de tal documento? Panfleto?... volante?... folheto?... ou será manifesto? Segundo o *Dicionário do livro*, folheto é apenas o formato documental ("*documento constituído por uma folha simples ou dobrada*" ou "*publicação impressa, não periódica, (...) constituída por poucas folhas*"); volante, para essas autoras portuguesas, é tão-somente uma peça do maquinário da gráfica; porém nada impede, ainda de acordo com o *Dicionário*, que um manifesto ("*escrito de natureza expositiva ou doutrinária que pode assumir caráter polêmico*" ou "*programa político ou religioso*") possa ser também um panfleto ("*pequeno folheto, normalmente de natureza controversa, política e escrito em tom satírico ou*

injurioso").¹⁶ Esse exemplo serve para demonstrar que dado o fato de a tipologia documental para arquivos de organizações político-partidárias ser específica, as espécies documentais (do mesmo modo que as funções) também serão, o que levou a um trabalho de definição terminológica de espécies documentais típicas de tais acervos. No caso específico dos arquivos de partidos e associações políticas optamos por considerar o documento do exemplo citado acima como um folheto (formato) cuja espécie, manifesto ou panfleto, será determinada de acordo com a função documental. Assim poderemos ter, se for o caso, um panfleto de agitação política (tipo documental) cujo conteúdo é um manifesto.

A tipologia documental a que chegamos compõe-se de duas partes: um quadro de funções de partidos e associações políticas complexas, hierarquizado por níveis de atuação; e uma relação das funções e espécies documentais encontradas.¹⁷ O quadro de funções é uma mescla das possibilidades arroladas no nível teórico, somadas às verificadas empiricamente durante a coleta, a análise dos dados e o arranjo dos documentos de um acervo documental específico. O resultado mais significativo do estabelecimento do quadro de funções é a possibilidade de visualizar o modo de implantação da tipologia documental nas atividades de arranjo e descrição de um fundo arquivístico. O quadro permite traçar a correspondência entre a entidade e o fundo, entre o nível hierárquico e o grupo, entre o organismo e o subgrupo e, por fim, entre o tipo documental e a série.

Finalizando o trabalho, apresentamos a aplicação prática da tipologia proposta no arranjo de um caso concreto: os documentos do diretório de Pinheiros (São Paulo/SP) do Partido Comunista Brasileiro (PCB).¹⁸ Neste arranjo funcional pudemos observar a aplicabilidade da proposta, com a contextualização de documentos que ficariam dispersos em um arranjo estrutural tradicional (ou agregados, sem distinção, numa série "diversos").

Durante o arranjo e descrição dos documentos do PCB-Pinheiros, verificamos que a contextualização dos documentos através da referenciação direta das funções documentais

¹⁶ FARIA, M. e PERICÃO, M. *Dicionário do livro...*

¹⁷ Ver anexos 1 e 2

¹⁸ Ver anexo 3

poderia ser melhorada, quanto a clareza, com a introdução de um outro elemento qualificador. Deste modo optamos por categorizar as funções documentais de acordo com seu alcance original; isto é, separamos as atividades (e documentos) de alcance intrapartidário daquelas de alcance externo. Para tanto, o campo **público-alvo** que determinamos em nossa ficha de coleta de dados foi fundamental, revelando também algumas atividades cujo alcance não pode ser previamente determinado, variando conforme o documento. Nesse sentido, a relação das funções e espécies documentais apresentada somente indica a abrangência das atividades quanto à ocorrência encontrada e não como funções e espécies típicas de alcance interno ou externo, permanecendo em aberto para uma futura contextualização com documentos concretos.

Deste modo, a definição das atividades por meio de verbetes só foi feita para o caso concreto da organização arquivística dos documentos do PCB-Pinheiros. Acreditamos que a tentativa de conceituação de séries documentais baseadas apenas no levantamento empírico de possibilidades tenderia a sofrer profundas modificações quando tal proposta fosse colocada em prática para casos concretos. Assim, as funções permanecem apenas como sugestões, pois no momento da aplicação prática muitas funções serão suprimidas, agrupadas ou modificadas, de acordo com a especificidade dos documentos em questão.

Podemos afirmar que o arranjo exposto também representa uma parte da tipologia documental de partidos e associações políticas brasileiras contemporâneas. A referida tipologia, por ter se baseado em um levantamento de ocorrências, por seu caráter instrumental e pela relatividade da normatização proposta, estará sempre aberta e inconclusa, podendo (e devendo) ser alterada em função de novas aplicações.

Durante a pesquisa ficou evidente a necessidade de um instrumento capaz de permitir um programa descritivo racional, baseado nas funções geradoras dos documentos, tomando como unidade mínima conjuntos documentais, ao invés de peças individualizadas. É lógico que pequenas alterações sempre se verificam aqui e ali, porém o funcionamento interno básico das organizações em questão mantém-se o mesmo, não importando o quanto a estrutura organizativa da instituição tenha sido alterada ao longo de sua existência. Isso significa a comprovação da tese inicial de que as funções são mais duradouras que as estruturas

hierárquicas; o estabelecimento de tipologias documentais impõe-se, portanto, como uma atividade premente para a organização arquivística, a cuja discussão os especialistas não podem se furtar.

Bibliografia citada

- ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS (Núcleo Regional de São Paulo). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**: contribuição para o estabelecimento de uma terminologia arquivística em língua portuguesa. São Paulo: CENADEM, 1990
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Tipologia documental em arquivística. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, n.195, p.9-17, jan./dez. 1982.
- _____. Tipologia documental em arquivos: novas abordagens. **Arquivo Rio Claro**, Rio Claro (SP), v.9, n.1, p.4-15, jan. 1990.
- BRASIL. Senado Federal. **Legislação eleitoral e partidária**. 7ª ed. Brasília, 1991.
- Cadernos de direito constitucional e eleitoral**. São Paulo, v.3, n.9, mar. 1990; v.3, n.10, jun. 1990.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais: uma proposta de descrição. **Arquivo**: boletim histórico e informativo, São Paulo, v.9, n.1, p.21-24, jan./jun. 1988.
- CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. **Procedimentos técnicos em arquivos privados**. Rio de Janeiro, 1986.
- CERRONI, Umberto. **Teoria do partido político**. Trad. Marco Aurélio Nogueira e Sílvia Anette Kneip. São Paulo: LECH, 1982. (História e Política, 15)
- DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. Trad. Cristiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro: Zahar, 1970. (Biblioteca de Ciências Sociais)
- FARIA, Maria Isabel e PERICÃO, Maria da Graça. **Dicionário do livro**: terminologia relativa ao suporte, ao texto à edição e encadernação, ao tratamento técnico etc. Lisboa: Guimarães, 1988.
- GREW, Raymond. On the current state of comparative studies. In: BURGUIÈRE, André e ATSMAS, Harmut. (orgs). **Marc Bloch aujourd'hui**: histoire comparée et sciences sociales. Paris: EHESS, 1990. p.323-334.
- GRUPO DE ARCHIVEROS MUNICIPALES DE MADRID. **El expurgo en los archivos municipales**: propuesta de un manual. Leganés: Delegación de Cultura, [1990].
- _____. **Tipologia documental municipal 2**. Ayuntamiento de Arganda del Rey, 1992.

- _____. Una propuesta de reglamento-tipo para archivos municipales. Jornadas de Archivos Municipales (9ª). **El reglamento del archivo municipal**. Ayuntamiento de Arganda del Rey, 1992.
- GRUPO DE TRABAJO DE ARCHIVEROS MUNICIPALES DE MADRID. **Manual de tipología documental de los municipios**. Madrid: Consejería de Cultura de la Comunidad de Madrid, 1988. (Archivos, Estudios, 2)
- JARDIM, José Maria. As novas tecnologias da informação e o futuro dos arquivos. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p.251-260, 1992.
- LENIN, Vladimir Ilich. **El partido**: problemas de organización (selección de trabajos). S/t. Buenos Aires: Antec, 1967. (Pequeña Biblioteca Marxista Leninista)
- MOREIRA, Regina da Luz. **Arranjo e descrição em arquivos privados pessoais**: ainda uma estratégia a ser definida? Rio de Janeiro: CPDOC, 1990.
- SANI, Giacomo. Propaganda. In: BOBBIO, Norberto et al.. **Dicionário de política**. Trad. Carmen C. Varriale et al. Brasília: UnB, 1991. v.2. p.1018-1021.
- SARTORI, Giovanni. **Partidos e sistemas partidários**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: UnB, 1982. (Pensamento Político, 43)
- SEMLER, Ricardo Frank. **Virando a própria mesa**. São Paulo: Best Seller, 1988.

ANEXO 1

Quadro de funções de um partido ou associação política complexa.

		NÍVEL: INTERNACIONAL
Jurisdição:	mundial	
Organismos:	comitê central comitês regionais congresso internacional	
Membros:	delegados de congresso representantes das cúpulas dos partidos filiados representantes eleitos por congresso	
Funções:	auxílio financeiro aos partidos filiados controle das atividades dos partidos filiados coordenação geral disseminação de informações divulgação de informações do organismo internacional estabelecimento de linha política formação de organismos anexos intercâmbio político preparação de encontros partidários propaganda política	

NÍVEL: CÚPULA¹⁹

Jurisdição:	nacional
Organismos:	comitê central (executiva central) congresso nacional convenção nacional
Membros:	delegados de congresso/convenção membros indicados pelo organismo internacional parlamentares representantes eleitos pela coordenação representantes escolhidos em congresso
Funções:	adaptação das diretrizes do organismo internacional agitação política arrecadação financeira coleta de informações sobre os locais de atuação controle da estrutura do partido controle das atividades da base controle das atividades da coordenação controle dos filiados controle dos militantes controle dos representantes do partido controle financeiro deliberação máxima difusão editorial distribuição de tarefas entre os organismos inferiores divulgação das ações parlamentares divulgação de informações do organismo internacional divulgação de informações dos organismos superiores divulgação do partido educação política da base elaboração de estratégias políticas eleição de representantes estruturação do partido estruturação dos organismos de base estabelecimento da linha política formação de organismos anexos legalização do partido participação no organismo internacional preparação de atividades de agitação preparação de encontros partidários preparação de substitutos preparação de reuniões prestação de contas a organismo superior propaganda política reestruturação do partido

¹⁹ A definição de **órgão central** utilizada por Lenin também se enquadra neste nível: "*organismo responsável pela 'direção ideológica'*". Cf. LENIN, V. "Carta a un camarada sobre nuestras tareas de organización". In: *El partido...* p.35-59.

NÍVEL: COORDENAÇÃO²⁰	
Jurisdição:	territorial
Organismos: ²¹	comitês estaduais (executivas) comitês municipais (executivas) convenções estaduais convenções municipais
Membros:	delegados de congresso/convenção membros indicados pela cúpula parlamentares representantes eleitos pela base representantes escolhidos em congresso
Funções:	adaptação das diretrizes dos organismos superiores agitação política arrecadação financeira coleta de informações sobre os locais de atuação controle das atividades da base controle dos filiados controle dos militantes controle dos representantes do partido controle financeiro disseminação de informações intra-partido divulgação das ações parlamentares divulgação de informações do nível local divulgação de informações do organismo internacional divulgação de informações dos organismos superiores divulgação do partido educação política da base elaboração de estratégias políticas eleição de representantes estruturação do partido estruturação dos organismos de base estabelecimento de linha política no nível local formação de organismos anexos integração em entidades de inserção social ligação entre a base e a cúpula preenchimento de cargos preparação de atividades de agitação preparação de encontros partidários preparação de reuniões preparação de substitutos pressão política prestação de contas a organismos superiores propaganda política reestruturação do partido transmissão de informações sobre os locais de atuação

²⁰ A definição de **comitê central** utilizada por Lenin também se enquadra neste nível: "*órgão de direção imediata e prática*"; Cf. Idem. Ibid.

²¹ Duverger classifica o comitê como um elemento de base, porém suas funções o qualificam como um elemento da coordenação por estar mais afastado dos militantes, adeptos e simpatizantes; DUVERGER, M. *Os partidos políticos*. p.53. **Fração**, conforme a definição de Sartori, também seria um organismo deste nível; SARTORI, G. *Partidos e sistemas partidários*. p.97.

NÍVEL: BASE

Jurisdição:	local profissional
Organismos:	célula milícia núcleo seção
Membros:	adeptos militantes
Funções:	<p> adaptação das diretrizes dos organismos superiores agitação política arrecadação financeira coleta de informações internacionais coleta de informações nacionais coleta de informações sobre a realidade local contribuição financeira controle da infraestrutura da sede controle dos adeptos controle dos filiados controle dos militantes controle dos representantes do partido controle financeiro discussão política e intercâmbio de informações divulgação de informações do nível local divulgação de informações do organismo internacional divulgação de informações dos organismos superiores divulgação do partido educação política da base educação política das massas eleição de representantes elaboração de estratégias políticas estruturação dos organismos de base estabelecimento da linha política no nível local estabelecimento da linha política pelos organismos superiores fiscalização eleitoral formação de organismos anexos ligação entre partido e sociedade participação nas entidades de inserção social preparação de atividades de agitação preparação de encontros partidários preparação de reuniões pressão política prestação de contas a organismos superiores propaganda política transmissão de informações sobre os locais de atuação </p>

NÍVEL: INSERÇÃO SOCIAL (IS)²²	
Jurisdição:	local nacional profissional territorial
Organismos:	associações interpartidárias associações suprapartidárias comissões comitês interpartidários comitês suprapartidários entidades da sociedade civil
Membros:	associados adeptos simpatizantes
Funções:	agitação política arrecadação financeira controle financeiro divulgação da entidade de inserção social divulgação de informações do nível local divulgação do partido ligação entre partido e sociedade preparação de atividades de agitação

²² O quadro de funções do nível "inserção social" é reflexo apenas do material encontrado na fase empírica da coleta de dados, não refletindo, portanto, o aspecto teórico dos demais níveis.

ANEXO 2

Relação de funções e espécies documentais classificada por funções.

AGITAÇÃO POLÍTICA

bandeira - cúpula
cartão postal - cúpula
cartilha - coordenação
convite - base
discurso - cúpula
panfleto- base; coordenação; cúpula; IS
periódico - base; coordenação; IS

ARRECADAÇÃO FINANCEIRA

bônus - base
fotografia - IS
ingresso - base
marcador de livro - cúpula
rifa - base

COLETA DE INFORMAÇÕES INTERNACIONAIS

periódico - base

COLETA DE INFORMAÇÕES NACIONAIS

crônica - base
entrevista - base
noticiário - base
periódico - base

COLETA DE INFORMAÇÕES SOBRE A REALIDADE LOCAL

carta-programa - base
periódico - base
relatório - base
tese de encontro estudantil - base

CONTROLE DA INFRAESTRUTURA DA SEDE

aviso de atraso do aluguel - base
aviso de aumento do aluguel - base
aviso de vencimento do IPTU - base
comprovante de pagamento do aluguel - base
comunicado - base
conta de água -- base
conta de luz - base
conta de telefone - base
contrato de locação - base
formulário de controle de depósito de cheques pré-datados - base
formulário para depósito bancário - base
lista de tarefas - base
notificação de desocupação de imóvel - base
ordem de corte do fornecimento de água por débito - base
papel timbrado - base
procuração para locação de imóvel - base
proposta de locação - base
quadro de controle de atividades - base
recibo de seguro - base
recibo de taxa de registro de contrato de locação - base

CONTROLE DAS ATIVIDADES DA BASE

credencial - coordenação
plano de trabalho - coordenação
questionário - coordenação
resolução - coordenação

CONTROLE DAS ATIVIDADES DA COORDENAÇÃO

resolução - cúpula

CONTROLE DOS ADEPTOS

cadastro de adesões - base
cadastro de estabelecimentos de ensino - base

CONTROLE DOS FILIADOS

cadastro - base
carteirinha - base
crachá - base
ficha de filiação - cúpula
relatório - cúpula

CONTROLE DOS MILITANTES

cadastro - base; cúpula
formulário para cadastro - base
lista de presença - cúpula
listagem - coordenação
salvo conduto - cúpula

CONTROLE FINANCEIRO

balancete - cúpula
balanço - base; IS
canhoto de recibo de arrecadação - base
cartão magnético bancário - base
comprovante de transação bancária - base
dinheiro - base
extrato bancário - base
lembrete - base
lista de contribuição dos militantes - base
listagem - cúpula
livro de movimento do caixa - base
nota fiscal - base
orçamento - base
pedido de pagamento - base
prestação de contas - base
recibo - coordenação
relatório - cúpula
senha para entrega de talão de cheques - base

DIFUSÃO EDITORIAL

panfleto - cúpula

DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES PARLAMENTARES

discurso - coordenação; cúpula
texto de formação - cúpula

DIVULGAÇÃO DA ENTIDADE DE INSERÇÃO SOCIAL

anais - IS
panfleto - IS
periódico - IS

DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES DO NÍVEL LOCAL

carta - IS

informe - base

plano de trabalho - coordenação

relatório - coordenação

DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES DO ORGANISMO INTERNACIONAL

discurso - internacional

estatuto - internacional

informe - cúpula

periódico - base

programação de rádio - cúpula

resolução - cúpula; internacional

telex - base

texto de formação - cúpula

DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES DOS ORGANISMOS SUPERIORES

noticiário - base

telegrama - cúpula

DIVULGAÇÃO DO PARTIDO

discurso - cúpula

panfleto - cúpula

periódico - base; cúpula

programa - base

texto de formação - cúpula

EDUCAÇÃO POLITICA DA BASE

cartilha - base; cúpula

entrevista - base

fichamento de texto de formação - base

história em quadrinho - base

manifesto - base

noticiário - base

panfleto - base

projeto de cartilha - cúpula

texto de discussão - base

texto de formação - base; cúpula

ELABORAÇÃO DE ESTRATÉGIAS POLÍTICAS

carta - cúpula
plano de trabalho - coordenação; cúpula
relatório - cúpula
resolução - coordenação; cúpula

ESTABELECIMENTO DA LINHA POLÍTICA

carta - cúpula
nota política - cúpula
parecer - cúpula
programa - cúpula
proposição - cúpula
regulamento - cúpula
relatório - cúpula
resolução - cúpula
texto de formação - cúpula

ESTABELECIMENTO DA LINHA POLÍTICA NO NÍVEL LOCAL

ata de reunião - base
carta - base
plano de trabalho - base
proposta de tese - base
resolução - base; coordenação

ESTABELECIMENTO DA LINHA POLÍTICA PELOS ORGANISMOS SUPERIORES

relatório - base

ESTRUTURAÇÃO DOS ORGANISMOS DE BASE

parecer - cúpula
proposta - base
regulamento - cúpula

ESTRUTURAÇÃO DO PARTIDO

organograma - cúpula
resolução - coordenação

FISCALIZAÇÃO ELEITORAL

credencial de fiscal de apuração - base
lembrete - base
mapa de acompanhamento da apuração - base
título eleitoral - base

INTERCAMBIO POLITICO

carta circular - internacional
panfleto - internacional

LEGALIZAÇÃO DO PARTIDO

registro eleitoral - cúpula

PREENCHIMENTO DE CARGOS

resolução - coordenação

PREPARAÇÃO DE ATIVIDADES DE AGITAÇÃO

bilhete - base
carta - cúpula
cartilha - coordenação
cartão comercial - base
informe - base
lembrete - base
lista de tarefas - base
listagem - coordenação
mapa - coordenação
orçamento - base
palavra cruzada - cúpula
plano de trabalho - coordenação
projeto de panfleto - base

PREPARAÇÃO DE ENCONTROS PARTIDÁRIOS

avaliação das atividades do partido - base
bilhete - base
carta - base
convocatória - base
credencial - coordenação
informe - base; cúpula
lista de delegados - base
normas de encontro - base
plano de trabalho - base
projeto de evento - base
resolução de conferência preparatória - base
tese para discussão - base
texto de formação - base

PREPARAÇÃO DE REUNIÕES

bilhete - cúpula

cartaz - base

convocatória - base

pauta - base

proposta para reunião - base

telex - base

PREPARAÇÃO DE SUBSTITUTOS

proposição - cúpula

PRESSÃO POLÍTICA

abaixo assinado - coordenação

PRESTAÇÃO DE CONTAS AO ORGANISMO SUPERIOR

balancete - coordenação

recibo - cúpula

relatório - coordenação

PROPAGANDA POLÍTICA

carta - base

informe - cúpula

periódico - base

plano de organização - base

programa de evento - base

texto de formação - base; coordenação; cúpula

ANEXO 3

Arranjo e descrição dos documentos do PCB-Pinheiros

Os documentos do PCB-Pinheiros encontram-se organizados de acordo com a tipologia documental proposta. Para a apresentação do arranjo realizado optamos por referenciar cada série documental, definindo cada função adotada e indicando o número de documentos de cada espécie documental ali existentes.

As definições das funções vêm seguidas de sua qualificação enquanto atividades de alcance externo (AAE) ou interno (AAI), ou ambas. Na referenciação das espécies documentais de cada função temos a indicação dos dados relativos à quantidade de documentos e às datas-limite de cada série documental tipológica (espécie mais função).

Na quantidade de documentos consta o número de exemplares existentes, seguido, quando for o caso, de um sinal de adição e do número de cópias; por exemplo: 4+2 significa que temos quatro documentos e duas cópias. A quantidade de documentos refere-se ao número de exemplares, porém há casos de documentos originalmente agregados em que optamos, para melhor inteligibilidade, por registrar o formato em que os documentos se apresentam juntamente com a designação da espécie; por exemplo: **canhotos de recibo de arrecadação (bloco)**, quantidade: 1.

Com relação às datas-limite adotamos a seguinte codificação: [] indica data suposta, não referenciada, porém correta; [?] indica data suposta, não referenciada e somente aproximada. O sinal de interrogação indica a dúvida apenas quanto aos dados que o precedem, desde que dentro dos colchetes. Assim [jul?/89] significa que o ano, apesar de não ter sido indicado diretamente no documento, está correto, porém o mês é impreciso; no entanto a notação [jul/89?] indica que toda a data é imprecisa. Há ainda casos de completa indeterminação, anotados com o código **s/d** (sem data) seguido de um ano provável, entre colchetes e com interrogação, por exemplo: **s/d [1989?]**, o que significa que, apesar de a pesquisa não ter conseguido determinar sequer uma aproximação para a data do documento,

para fins de ordenação cronológica no arranjo, esse documento será considerado do ano de 1989. Nas datas-limite optamos por indicar as duas datas, a mais antiga e a mais recente, mesmo para o caso de um documento apenas. Tal procedimento, além de auxiliar a visualização, é útil para documentos unitários, porém referentes a vários períodos, como, por exemplo, livros de controle financeiro e periódicos.

A forma com que o documento se apresenta não se revela diferenciadora, para fins de arranjo e descrição. Deste modo, a mesma espécie documental pode se apresentar sob diversas formas - tais como rascunho, cópia xerográfica, fotolito, recorte etc. - sem que haja qualquer especificação correspondente, quer no arranjo, quer na descrição.

Nos documentos encontrados na atividade de agitação política, houve uma duplicidade das características **formato** e **espécie** que foi preservada para facilitar a compreensão e a contextualização dos mesmos. Tal duplicidade advém da grande ocorrência, nesta função, de suportes e formatos não convencionais que acabam produzindo não apenas novos formatos, mas sim espécies diferenciadas. As particularidades de um cartaz ligado à agitação assumiria um caráter panfletário, configurando-se como a espécie **panfleto-cartaz**. No entanto, isto implicaria a criação de outras espécies de nomenclatura composta (espécie-formato) para que ocorra uma devida diferenciação entre os vários panfletos encontrados. Assim, optamos pela seguinte terminologia: **adesivo** e não panfleto-adesivo, **convite** no lugar de panfleto-convite, **panfleto** em vez de panfleto-folheto e **sacola** ao invés de panfleto-sacola.²³ Deste modo o formato **cartaz** (ou a espécie panfleto-cartaz), quando relacionada à função de **agitação política**, tornou-se o tipo **cartaz de agitação política**. As espécies documentais **convite** e **ingresso**, encontradas nas atividades de **agitação política** e **arrecadação financeira**, respectivamente, diferenciam-se quanto ao objetivo imediato. O convite somente cumpre a função de avisar, informar sobre determinado evento enquanto o ingresso pode vir a ser aquele convite que além de informar sobre o evento, também assegura a entrada e, portanto, é vendido para arrecadar fundos.

²³ No caso do panfleto-folheto optamos, ao contrário dos outros panfletos, em preservar a espécie no lugar do formato em uma tentativa de simplificar o arranjo para a pesquisa, pois, para o senso comum, panfleto refere-se basicamente ao formato documental.

A função **educação política da base**, apresenta duas espécies semelhantes, porém distintas: o texto de discussão e o texto de formação. O primeiro, para cumprir sua função, demanda discussão pelos militantes, seja através de uma leitura dirigida por membros mais experientes do partido, seja em grupos de estudo e discussão (por exemplo a Constituição Nacional). O segundo cumpre parcialmente sua função, mesmo quando lido individualmente pelo militante, embora também seja desejável sua discussão no partido (por exemplo, o programa partidário).

No quadro, ou instrumento de pesquisa, é importante frisar que a separação das espécies em blocos de função não indica série e subsérie. Tal forma de apresentação foi feita simplesmente visando facilitar a consulta; as séries, como já foi dito, compõem-se da fusão entre função e a espécie documental. Assim temos, por exemplo, como séries **panfleto de agitação política, sacola de agitação política, texto de formação de educação política das bases** etc. e não série **agitação política** e subséries **panfleto, sacola** etc.

O acesso aos documentos é feita mediante a identificação da série desejada (função e espécie) através do instrumento de pesquisa, e posterior localização do envelope correspondente.

1. Definição das funções referidas na organização documental.

Agitação política

AAE

- Refere-se aos documentos provenientes das atividades de divulgação do partido visando a difusão simplificada das diretrizes e dos principais pontos programáticos. A agitação política, segundo Lenin, teria o caráter de tumulto, barulho, marcação da presença do partido e não a conscientização ideológica.²⁴ Nesse sentido, o público-alvo da atividade de agitação é a sociedade em geral.

Arrecadação financeira

AAE

- Abarca os documentos resultantes das atividades de coleta de fundos fora do partido, sendo diferenciada das contribuições regulares dos militantes.

Coleta de informações internacionais

AAI

- Refere-se à atividade de levantamento, em revistas jornais etc, de notícias e informações gerais relacionadas, principalmente, com a esfera de atuação do organismo internacional, ou que digam respeito a regiões e problemáticas internacionais importantes para o partido, do ponto de vista programático. Tais documentos muitas vezes servirão como ponto de apoio para o estabelecimento da linha política, bem como para embasar a compreensão dos documentos produzidos pelo organismo internacional.

Coleta de informações nacionais

AAI

- O mesmo que a coleta de informações internacionais, porém relacionada à esfera dos problemas e questões nacionais como um todo. Incluem-se aí também as questões localizadas em esferas regionais que se configuram como problemas mais globais. Tais documentos também poderão servir como ponto de apoio para o estabelecimento da linha política.

²⁴ Cf. LENIN, V. Op. cit. p.35-59. p.45-46. Ver também: SANI, G. Propaganda. p.1018

Coleta de informações sobre a realidade local

AAI

- O mesmo que as duas funções anteriores, porém relacionada à busca de informações sobre o local específico de atuação. Visa conhecer as particularidades locais de modo a poder estabelecer uma linha política e de ação localizada.

Controle dos adeptos

AAI

- Relaciona-se às atividades de controle, no nível interno, dos adeptos quer pela identificação dos mesmos, quer pela registro sistemático de informações sobre esses indivíduos.

Controle dos filiados

AAI

- O mesmo que a função anterior, porém relacionada aos filiados.

Controle dos militantes

AAI

- O mesmo que as duas funções anteriores, porém relacionada aos militantes.

Controle financeiro

AAI

- Indica a administração de recursos financeiros pelo organismo partidário. Difere da arrecadação financeira não só pelo alcance da atividade, mas, principalmente, pelo fato de aquela função estar relacionada à obtenção de dinheiro, enquanto esta se refere à administração desses recursos. Incluímos nesta atividade os registros referentes à contribuição regular dos militantes.

Controle da infraestrutura da sede

AAI

- Relaciona-se à administração física da sede, englobando documentos referentes a aluguel, água, reparos etc. Abarca ainda os registros das atividades de instrumentalização material, indispensáveis para o funcionamento do organismo, como controle de materiais de almoxarifado e papelaria, por exemplo.

Divulgação da entidade de inserção social

AAE

- Refere-se à difusão de notícias de caráter informativo e geral da entidade de inserção social. Difere da propaganda política pelo caráter informativo e pela ausência de uma perspectiva doutrinária/formadora.

Divulgação de informações do organismo internacional

AAE/AAI

- Indica a difusão de pontos programáticos e notícias do organismo internacional, ou referentes ao mesmo. Assim como a função anterior, difere da propaganda política pelo caráter informativo e pela ausência de uma perspectiva doutrinária/formadora.

Divulgação de informações do organismos superiores

AAI

- O mesmo que a função anterior, porém relacionada à estrutura nacional do partido, não havendo distinção de organismo. Para o caso de alguns documentos produzidos pela cúpula, onde as duas funções tendem a se equivaler, deve prevalecer, para o arranjo, a atividade relacionada ao organismo internacional. Ao contrário da "divulgação de informações do organismo internacional", esta função não possui alcance externo.

Divulgação de informações do nível local

AAI

- Indica a difusão de pontos programáticos, informações sobre as atividades, resoluções e outros dados de caráter genérico do nível local. Restringe-se à divulgação interna no partido, destinando-se, geralmente, aos militantes.

Divulgação do partido

AAE

- Refere-se à difusão de notícias de caráter programático e geral do partido como um todo. Difere da propaganda política pelo caráter informativo e pela ausência de uma perspectiva doutrinária/formadora.

Educação política da base

AAI

- Indica a atividade da formação/doutrinação dos militantes através da divulgação detalhada do programa, das propostas, das resoluções políticas, da leitura da realidade feita pelo partido, visando instrumentalizar ideologicamente (no nível do discurso) os militantes para discussões intra e extra partidárias.

Estabelecimento da linha política no nível local

AAI

- Engloba tanto os documentos produzidos para o estabelecimento de diretrizes de atuação e tomada de decisões (linha política) pelo, e no, nível local, como os documentos que formalizam a linha política e as decisões tomadas.

Estabelecimento da linha política pelos organismos superiores

AAI

- O mesmo que a função anterior, porém indicando tanto as decisões políticas, como o processo da tomada de tais decisões, por parte dos organismos superiores.

Estruturação dos organismos de base

AAI

- Refere-se tanto à discussão sobre a estrutura organizacional dos organismos de base quanto a suas eventuais modificações.

Fiscalização eleitoral

AAI

- Relaciona-se às atividades de fiscalização e acompanhamento de eleições pelos militantes do partido, contemplando desde a votação até a apuração.

Preparação de atividades de agitação

AAI

- Abarca os documentos produzidos durante os procedimentos preparatórios das atividades de agitação política. Difere desta última por não se referir à agitação em si, porém ao planejamento.

Preparação de encontros partidários

AAI

- Refere-se a todo o processo de planejamento de encontro partidário, englobando atividades desde convocações, reuniões, teses preparatórias etc., até o estabelecimento e divulgação de normas e planos de trabalho de encontros.

Preparação de reuniões

AAI

- Relaciona-se às atividades preparatórias de reuniões partidárias, como propostas de pauta, alterações de data etc. Difere da função anterior pela relação com as atividades rotineiras do núcleo, cuja conotação é diversa de um encontro partidário.

Propaganda política

AAE

- Engloba os documentos gerados pelas atividades de divulgação de algumas idéias do partido para um público direcionado, visando o convencimento ideológico. A propaganda política difere da agitação política pelo caráter ideológico e técnico que a torna, segundo Lenin, uma atividade extremamente importante e especializada.²⁵ Nesse sentido, o público-alvo da atividade de propaganda são os adeptos e simpatizantes.

²⁵ Cf. LENIN, V. Ibid.; SANI, G. Ibid.

2.1. Diretório Zonal Pinheiros-Perdizes

FUNDO: PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO - PCB
NÍVEL: BASE
ORGANISMO: DIRETÓRIO ZONAL PINHEIROS-PERDIZES

ATIVIDADES DE ALCANCE EXTERNO

função/espécies	nº de docs	datas-limite	
Agitação política			
adesivo	4+1	[jan?/86-nov/89]	
cartaz	4+1	[jun?/89-nov/89]	
convite	3	jun/89-jan/90	
panfleto	9+81	[jan/89?-nov/89]	
sacola	1	[nov?/89-nov/89]	
Arrecadação financeira			
bônus	1+169	[mar?/86-mar?/86]	
ingresso	3+4	[mar/86]-jul/89	
rifa	1+130	[out?/89-out?/89]	
Divulgação de informações do organismo internacional			
periódico	3	ago/86-set/88	
programa turístico		1	mar/86-mar/86
texto de formação		2	[abr?]/86-
[nov?]/86			
Divulgação do partido			
periódico	9+2	jul/87-mai/90	
programa	2	[jan?]/86-[out?]/89	
Propaganda política			
periódico	1	jul/87-jul/87	
programa de evento	1	mar/89-mar/89	
texto de formação		1	[jan?]/85-
[dez?]/85			

ATIVIDADES DE ALCANCE INTERNO

função/espécies	nº de docs	datas-limite
Coleta de informações internacionais		
periódico	2	jul/87-nov/87

ATIVIDADES DE ALCANCE INTERNO (continuação)

função/espécies	nº de docs	datas-limite
Coleta de informações nacionais		
crônica	1	nov/89-nov/89
entrevista	1	jul/89-jul/89
noticiário	3	ago/86-out/89
periódico	7	ago/87-nov/89
Coleta de informações sobre a realidade local		
carta-programa	1	jan/89-jan/89
periódico	1	jun/89-jun/89
relatório	1	jun/89-jun/89
Controle da infraestrutura da sede		
aviso de atraso do aluguel	2	set/89-abr/90
aviso de aumento do aluguel	3+1	jan/89-jan/90
aviso de vencimento do IPTU	3	jan/90-mar/90
comprovante de pagamento do aluguel	19	jan/87-fev/90
comunicado	2	jan/87-dez/89
contrato de locação	1+2	jul/85-jul/85
conta de água	3	ago/89-fev/90
conta de telefone	1	mai/87-mai/87
conta de luz	8+2	abr/89-abr/90
formulário de controle de depósitos de cheques pré-datados (bloco)	1	s/d [1989?]
formulário para depósito bancário	1+162	s/d [1989?]
lista de tarefas	1	[mar/86-mar/86]
notificação de desocupação de imóvel	1+1	jan/89-jan/89
ordem de corte do fornecimento de água. por débito	1	fev/90-fev/90
papel timbrado (bloco)	2	s/d
proposta de locação	2	jul/85-jul/85
procuração para locação de imóvel	2+2	dez/88-jul/89
quadro de controle de atividades	1	s/d
recibo de seguro	1	set/85-set/85
recibo de taxa de registro de contrato de locação	1	jul/85-jul/85
Controle dos filiados		
cadastro	5	mar/86-nov/89
carteirinha	1	jul/88-jul/88
crachá	1	[ago?]/89-[ago?]/89

ATIVIDADES DE ALCANCE INTERNO (continuação)

função/espécies	nº de docs	datas-limite
Controle financeiro		
balanço	4	dez/85-jul/89
canhoto de recibo de arrecadação (bloco)	2	mar/89-out/89
cartão magnético bancário	1	[jun?/89-jul?/89]
comprovante de transação bancária	38	jun/89-set/89
cédula de dinheiro para depósito	2	s/d [1989?]
extrato bancário	3	jun/89-ago/89
lembrete	3	[jul/89-ago/89]
lista de contribuição dos militantes	5	jan/84-[jul/89]
livro de movimento do caixa	1	jun/86-ago/89
notas fiscais	14+3	abr/86-jun/89
pedido de pagamento	1	abr/90-abr/90
orçamento	1	abr/89-abr/89
prestação de contas	1	[jul/89-jul/89]
recibo de pagamento	5	jul/85-set/89
senha para entrega de talão de cheques	1	[jun?/89-jul?/89]
Divulgação de informações do nível local		
informe	1+1	abr/89-abr/89
Divulgação de informações do organismo internacional		
telex	1	dez/89-dez/89
Divulgação de informações dos organismos superiores		
noticiário	2	[mar/86?]-jan/90
Educação política da base		
entrevista	1+1	mai/89-mai/89
manifesto	1	jul/87-jul/87
noticiário	2	jul/89-nov/89
texto de discussão	1	s/d [1989?]
texto de formação set/89	4	s/d [1980?]-
Estabelecimento da linha política no nível local		
ata de reunião	4	mai/87-mai/90
carta	2	ago/89-dez/89
plano de trabalho	1	ago/89-ago/89
resolução	2	ago/89-dez/89
Estabelecimento da linha política pelos organismos superiores		
ata de reunião	4	s/d [1987?-1988?]
periódico	1	[jan]/86-[dez]/86
proposta de resolução	1	jan/90-jan/90
resolução	2	[set/87]-jun/89
Fiscalização eleitoral		
credencial de fiscal de apuração	1	nov/89-nov/89
lembrete	2	[out/89-out/89]
mapa de acompanhamento da apuração	72	[nov/89-nov/89]
título eleitoral	1	nov/89-nov/89

ATIVIDADES DE ALCANCE INTERNO (continuação)

função/espécies	nº de docs	datas-limite
Preparação de atividades de agitação		
bilhete	3	[nov/87-jul/89]
cartão comercial	1	[jul/89-jul/89]
informe	2	[out/87-nov/89]
lista de tarefas	19	[out/87-out/89]
orçamento	2	[out/87-out/87]
Preparação de encontros partidários		
avaliação das atividades do partido	3	dez/88-jan/89
bilhete	1	ago/89-ago/89
carta	1	ago/89/ago/89
convocatória	1	[jul/89-jul/89]
lista de delegados	1	ago/89-ago/89
normas de encontro	1	[jan?]/87-[jan?]/87
plano de trabalho	1	jul/87-jul/87
resolução de conferência preparatória	3+2	mai/87-abr/89
tese para discussão	2	abr/89-abr/89
texto de formação mai/87?]		1 [mai/87?-
Preparação de reuniões		
proposta para reunião	2	[jun?/89-jul?/89]
telex	1	[set/89-set/89]

2.2. Comissão da Juventude Comunista do Diretório Zonal Pinheiros-Perdizes

FUNDO: *PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO - PCB*
NÍVEL: *BASE*
ORGANISMO: *COMISSÃO DA JUVENTUDE COMUNISTA DO DIRETÓRIO ZONAL PINHEIROS-PERDIZES*

ATIVIDADES DE ALCANCE EXTERNO

função/espécies	nº de docs	datas-limite
Agitação política panfleto periódico	2 1	nov/89-nov/89 fev/90-fev/90
Divulgação do partido periódico	1	dez/89-dez/89
Propaganda política carta plano de organização	1 1	[nov]/89-[nov]/89 jun/90-jun/90

ATIVIDADES DE ALCANCE INTERNO

função/espécies	nº de docs	datas-limite
Coleta de informações sobre a realidade local periódico tese de encontro estudantil	1 1	[mai?]/89-[mai?]/89 fev/90-fev/90
Controle dos adeptos cadastro de adesões cadastro de estabelecimentos de ensino	1 1	mar/90-mar/90 mar/90-mar/90
Controle dos filiados cadastro	4	s/d [1989?-1990?]
Controle dos militantes formulário para cadastro	1+3	jan/90-jan/90
Divulgação de informações do nível local informe	2	dez/89-[jan/90]
Divulgação de informações do organismo internacional		

periódico	1	jul/86-jul/86
-----------	---	---------------

ATIVIDADES DE ALCANCE INTERNO (continuação)

função/espécies	nº de docs	datas-limite
------------------------	-------------------	---------------------

Educação política da base		
panfleto	1+1	s/d [1990?]
cartilha	1+1	[jul?]/88-[jul?]/88
fichamento de texto de formação	2	[jan/90-jan/90]
história em quadrinho	4+1	[jan/90?-jan/90?]
texto de discussão	2+2	mai/86-abr/89
texto de formação [jan/90]		3 nov/89-

Estabelecimento da linha política no nível local		
Ata de reunião	8	[nov/89]-fev/90
proposta de tese	1	[mai/90-mai/90]

Estabelecimento da linha política pelos organismos superiores		
relatório	1	[mar/90-mar/90]

Estruturação dos organismos de base		
proposta	7	dez/89-dez/89

Preparação de atividades de agitação		
lembrete	1	[jan/90-jan/90]
lista de tarefas	1	[jan/90-jan/90]
projeto de panfleto	3	[dez/89-jan/90]

Preparação de encontros partidários		
projeto de evento	1	[jan?/90-jan?/90]
tese para discussão	1	[mai/90-mai/90]

Preparação de reuniões		
cartaz	1	[jan/90-jan/90]
convocatória	1	[jan/90-jan/90]
pauta	3	[nov/89-jan/90]
telex	1	[jan/90-jan/90]

2.3. Escola de Samba Tom Maior

FUNDO: *PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO - PCB*

NÍVEL: *INSERÇÃO SOCIAL*

ORGANISMO: *ESCOLA DE SAMBA TOM MAIOR*

ATIVIDADES DE ALCANCE EXTERNO

função/espécies	nº de docs	datas-limite
------------------------	-------------------	---------------------

Divulgação da entidade de inserção social periódico	1	jul/89-jul/89
---	---	---------------

ATIVIDADES DE ALCANCE INTERNO

função/espécies	nº de docs	datas-limite
------------------------	-------------------	---------------------

Controle financeiro balanço	1	abr/89-jun/89
---------------------------------------	---	---------------